

OS DETERMINANTES DA POLÍTICA FISCAL NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (1970-03)*

Liderau dos Santos Marques Junior **

ÁREA TEMÁTICA:

Macroeconomia, setor externo e finanças públicas

RESUMO

O artigo apresenta e testa empiricamente diversas hipóteses sobre os fatores determinantes da política fiscal do Estado do Rio Grande do Sul entre 1970 e 2003. Com base nos resultados, obtiveram-se evidências de que instituições orçamentárias constituem-se num importante fator determinante da política fiscal gaúcha, assim como há evidências de que o déficit primário tende a persistir de um período para o outro.

PALAVRAS-CHAVE

Instituições orçamentárias; análise de regressão; política fiscal estadual.

1 INTRODUÇÃO

A política fiscal do Estado do Rio Grande do Sul caracterizou-se por contínuos déficits primários entre 1970 e 2003. Enquanto o Estado conseguia se financiar no mercado financeiro, tal regime de política fiscal não se constituía num problema. Porém, com a mudança de regime da política monetária do governo federal, em meados de 1994, houve forte elevação da taxa de juros real básica praticada no mercado financeiro. Em função disso, os agentes financeiros passaram a exigir maiores taxas de juros. Como o Estado tradicionalmente gerava déficit primário e houve forte elevação do pagamento de juros, o resultado foi uma explosão do endividamento estadual entre 1994 e 1997.

Diante do descontrole das contas públicas e dado que a hipótese de calote da dívida pública estava descartada, o governo do Estado viu-se obrigado a assinar um acordo de renegociação da dívida estadual com o governo federal no ano de 1998. No bojo desse

*Este artigo é uma versão modificada do quarto capítulo da tese de Marques Junior (2005). Como de praxe, os eventuais erros e imperfeições são de inteira responsabilidade do autor.

**Professor e pesquisador na Faculdade de Ciências Econômicas, Administrativas e Contábeis da Universidade de Passo Fundo. liderau@upf.br

acordo, o Estado assumiu o compromisso de implementar um ajuste fiscal rigoroso.¹ Entretanto, tal acordo foi assinado sem se ter claro os fatores determinantes dos déficits primários no caso do Rio Grande do Sul.

O presente artigo não visa analisar o acordo, mas sim, utilizando-se de uma análise de regressão linear, testar diversas hipóteses sobre os determinantes do déficit primário no caso gaúcho para o período 1970-03. De fato, o que se busca é verificar se há relação entre as variáveis consideradas. Aliás, nos trabalhos sobre finanças públicas do Rio Grande do Sul, entre os quais podem ser citados Moura Neto (1994), Rückert et al. (2000), Meneghetti Neto (2004), Santos e Calazans (1999) e Calazans et al. (2000), são apontadas inúmeras hipóteses sobre os determinantes dos déficits primários, porém, não se tem uma análise que teste empiricamente as hipóteses levantadas. Outra motivação para a abordagem escolhida são os trabalhos que testam as mais variadas hipóteses sobre os determinantes de déficits públicos para países.² Em geral, esses estudos aplicam uma abordagem de painel de dados para testar as hipóteses. Mesmo tendo-se presente os seus limites, aplica-se a abordagem da regressão linear no presente artigo por sua simplicidade e por ser amplamente conhecida. Ademais, é adequada para um estudo de caso como é a proposta do artigo. Outras abordagens também são factíveis de serem aplicadas, por exemplo, Hillbrecht e Veloso (2001) utilizam-se do modelo autoregressivo (VAR) para testar hipóteses sobre os fatores determinantes dos sistemáticos déficits primários no caso gaúcho entre 1970 e 1998.

As hipóteses a serem testadas são classificadas em três categorias de fatores: os econômicos, os políticos e os institucionais. Entre os fatores econômicos foram consideradas variáveis como: a taxa de crescimento do PIB real, uma medida do serviço da dívida, a aceleração da taxa de inflação, a relação gastos com pessoal/PIB. Como fatores políticos consideram-se, entre outros, o grau de coesão do governo, o número de partidos da coalizão que forma o governo, o percentual de deputados governistas na Assembléia Legislativa e o regime político (ditadura ou democracia). Entre os fatores institucionais levados em conta têm-se um índice que mede se as instituições orçamentárias são hierárquicas e transparentes, o sistema partidário (bipartidário ou multipartidário) e o número de secretarias de Estado.

¹Sobre detalhes desse acordo, ver Santos e Calazans (1999) e Calazans et al. (2000).

²Uma coletânea desses trabalhos encontra-se em Poterba e von Hagen (1999). Para uma análise da América Latina, ver Borsani (2003).

Visando-se testar as hipóteses, foram estabelecidos cinco modelos econométricos. Dos cinco modelos, estimaram-se 12 regressões, nas quais a variável dependente é a relação déficit primário/PIB. Dada a maneira como os modelos foram especificados e as variáveis mensuradas, obtiveram-se evidências de que as instituições orçamentárias e o déficit primário defasado foram fatores determinantes do déficit primário no período em análise.

O artigo está assim dividido. Na segunda seção, apresenta-se a metodologia de estimação. Na terceira seção são apresentados os modelos econométricos e as regressões estimadas, bem como os comentários sobre os resultados. Na quarta e última seção, são tecidas as considerações finais.

2 METODOLOGIA DE ESTIMAÇÃO

Na modelagem econométrica empregou-se a abordagem clássica, ou seja, partindo-se de hipóteses sobre os determinantes do déficit primário foram construídos diferentes modelos econométricos. Adotou-se, portanto, a estratégia de incluir somente as variáveis fundadas nas discussões teóricas. Para alguns modelos econométricos, adotou-se uma outra estratégia também muito empregada na literatura pesquisada, qual seja, partindo-se de um modelo econométrico com determinado número de regressores, foram acrescentados regressores de interação.

A análise proposta é a da regressão linear clássica. O método de estimação dos parâmetros é o de mínimos quadrados ordinários. Salienta-se que o principal objetivo da análise é verificar se há relação entre as variáveis e não o de testar hipóteses sobre a magnitude dos parâmetros ou realizar previsões. O *software* utilizado foi o Eviews (versão 3.0). Os dados são anuais e secundários (definições e a sua apresentação encontram-se no Anexo).

À luz de Fialho (1997), destaca-se que, na definição da equação de teste, a estrutura de defasagens para a variável dependente foi, a princípio, sobre-especificada, adotando-se três defasagens, e, em seguida, simplificada através da eliminação sucessiva das defasagens mais distantes. A definição da especificação mais adequada do modelo foi feita com base nos critérios de informação de Akaike e Schwartz.

Antes da estimação dos modelos fez-se teste de raiz unitária para as séries econômicas. O número de defasagens para cada série foi definido com base nos critérios de Akaike e Schwartz.³

Aplicaram-se os seguintes testes para os resíduos das regressões: o correlograma dos resíduos (oito defasagens incluídas), a estatística Q de Ljung-Box, teste de normalidade através da estatística Jarque-Bera, o teste LM (até três defasagens) e o teste de heteroscedasticidade de White sem termos cruzados (por causa do tamanho pequeno das amostras).⁴ Empregou-se o teste Ramsey-RESET para detectar problemas de especificação dos modelos econométricos, considerando-se a variável dependente estimada elevada ao quadrado, ao cubo e à quarta potência.⁵

Em todas as regressões estimadas, os testes apontaram para o que segue: i) a estatística Q de Ljung-Box, para oito defasagens, indicou a não rejeição da hipótese nula de ausência de autocorrelações significativas de resíduos; ii) a estatística Jarque-Bera indicou a não rejeição da hipótese nula de uma distribuição normal de resíduos; iii) o teste LM, até a defasagem de ordem 3, não rejeitou a hipótese nula de ausência de correlação serial de resíduos; iv) o teste de heteroscedasticidade de White, sem termos cruzados, não rejeitou a hipótese nula de ausência de heteroscedasticidade nos resíduos;⁶ por fim, v) o teste Ramsey-RESET não rejeitou a hipótese de que os coeficientes da variável dependente estimada (elevada ao quadrado, ao cubo e à quarta potência) são todos iguais a zero.

Quanto ao poder explicativo dos modelos, observou-se o R^2 ajustado e, para a inferência, analisou-se a estatística t .

3 OS DETERMINANTES POLÍTICOS, ECONÔMICOS E INSTITUCIONAIS DO DÉFICIT PRIMÁRIO

3.1 Os determinantes políticos e econômicos do déficit primário: uma primeira abordagem

³Os resultados dos testes não são apresentados.

⁴Esses testes são amplamente conhecidos, razão pela qual não cabe aqui apresentá-los.

⁵Como esse teste também é conhecido, não será revisto neste espaço.

Tendo-se como referência Roubini e Sachs (1989), considere dois modelos que levam em conta os seguintes fatores determinantes do déficit primário:

$$\Delta_t = a_0 + a_1\Delta_{t-1} + a_2n_t + a_3\Delta\pi_t + a_4POL_t + v_t \quad (1)$$

e

$$\Delta_t = a_0 + a_1\Delta_{t-1} + a_2GP_t + a_3\Delta\pi_t + a_4S_t + e_t \quad (2)$$

onde tem-se a relação déficit primário/PIB, Δ_t ; a relação déficit primário/PIB defasada, Δ_{t-1} ; a taxa de crescimento do PIB real, n_t ; a aceleração da taxa de inflação, $\Delta\pi_t$; a variável política, POL_t ; a relação despesa de pessoal e encargos/PIB, GP_t ; o sistema partidário em vigor, S_t ; e, por último, v_t e e_t são os termos dos erros.

A variável que mede o grau de coesão do governo é construída de três maneiras diferentes. Na primeira construção, a variável POL, POL1, assume o valor 0 quando o mesmo partido detém maioria no governo e na Assembléia Legislativa; assume o valor igual a 1 quando um partido ou coalizão detém o controle do governo, mas não é maioria na Assembléia Legislativa do Estado. Na segunda construção, a variável POL, POL2, assume o valor igual a 0 quando o mesmo partido controla o Executivo e detém a presidência do Legislativo; assume o valor 1 quando um partido controla o Executivo, mas um partido diferente preside o Legislativo. Na última construção, a variável POL, POL3, assume os seguintes valores: 0 quando o mesmo partido detém maioria no governo e na Assembléia Legislativa; 1 quando se trata de um governo de coalizão formado por dois a três partidos; 2 quando o governo de coalizão é constituído por quatro ou mais partidos; e 3 quando o partido do governador é minoria na Assembléia.⁷

Da primeira regressão, espera-se que: i) o déficit primário seja uma função positiva do déficit primário defasado e entre zero e um, $0 < a_1 < 1$, admitindo-se que o ajustamento do déficit primário seja lento; ii) o déficit primário seja uma função negativa da taxa de crescimento do PIB real, $a_2 < 0$; iii) a aceleração na taxa de inflação eleve o déficit primário, $a_3 > 0$; iv) a variável política, POL_t , é um índice que mede o grau de coesão do governo estadual, portanto, espera-se que seja diferente de zero e afete positivamente o déficit primário, $a_4 > 0$.⁸

⁶Quando a hipótese nula foi rejeitada, ou seja, quando o teste de White indicou presença de heteroscedasticidade, estimou-se a regressão utilizando-se o estimador de covariância de White.

⁷Os dados referentes a essas variáveis encontram-se na Tabela 7 do ANEXO.

⁸Sobre os dados, ver Tabelas 5, 6 e 7 do ANEXO.

Da segunda regressão, espera-se que: i) o déficit primário seja uma função positiva do déficit primário defasado e entre zero e um, $0 < a_1 < 1$; ii) o déficit primário seja uma função positiva dos gastos em pessoal, $a_2 > 0$; iii) a aceleração na taxa de inflação eleve o déficit primário, $a_3 > 0$; iv) a variável sistema partidário, S_t , afete positivamente o déficit primário, $a_4 > 0$. Este último fator é um variável *dummy* assumindo valor igual a zero durante a vigência do sistema bipartidário (1970-1978) e valor igual a um ao longo do sistema multipartidário (1979-2003).

A Tabela 1 apresenta os resultados das estimações das regressões (1) e (2). Na coluna 1 da Tabela 1, todos os coeficientes têm o sinal correto, porém apenas o coeficiente do déficit primário defasado é significativamente diferente de zero. Nas colunas 2 e 3 da Tabela 1, novamente apenas o coeficiente do déficit primário defasado é significativo. Note-se que o sinal do coeficiente da variável política não é o esperado. Nas colunas 4, 5 e 6 da Tabela 1, tem-se o termo de interação entre a variável política e a taxa de crescimento econômico; na coluna 4, apenas o coeficiente do déficit primário defasado é significativo; na coluna 5, o coeficiente da taxa de crescimento do PIB real é significativo a 10% e apresenta o sinal correto; os demais coeficientes não são significativos, com exceção do déficit primário defasado.

Na coluna 6, embora o sinal do coeficiente do termo de interação não seja o esperado, a variável política é significativa (ao nível de significância de 10%) quando interagindo com a variável *dummy*, POL3D. Os coeficientes significativos e com os sinais esperados são os referentes às variáveis déficit primário defasado e taxa de crescimento do PIB real. Por último, na coluna 7, apenas o coeficiente do déficit primário defasado é significativo a 10%; os demais não são significativamente diferentes de zero.

Tabela 1 Regressões estimadas dos modelos (1) e (2)

Variáveis explicativas	Variável dependente: Δ_t						
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)
Δ_{t-1}	0,50 (2,79)	0,53 (3,07)	0,48 (2,77)	0,53 (2,92)	0,56 (3,29)	0,47 (2,81)	0,35 (1,73)
n_t	-0,04 (1,02)	-0,04 (1,36)	-0,05 (1,57)	-0,09 (1,56)	-0,06 (1,80)	-0,11 (2,37)	
$\Delta\pi_t$	0,0003 (0,94)	0,0003 (1,00)	0,0004 (1,25)	0,0003 (1,08)	0,0003 (0,93)	0,0004 (1,50)	0,0002 (0,86)
POL1	0,05 (0,11)			-0,11 (0,21)			
POL2		-0,25 (0,89)			-0,04 (0,15)		
POL3			-0,13 (0,92)			-0,13 (0,99)	
POL1D				-0,54 (1,18)			
POL2D					-0,69 (1,52)		
POL3D						-0,26 (1,73)	
GP							0,23 (1,43)
S							-0,02 (0,04)
R^2 ajust.	0,20	0,23	0,23	0,21	0,26	0,28	0,28

Notas: 1) valores absolutos das estatísticas-*t* entre parêntesis; 2) incluiu-se uma constante em todas as regressões; 3) fonte dos dados: Tabelas 5, 6 e 7 do ANEXO.

Os resultados obtidos corroboram as hipóteses de que o déficit primário corrente é determinado pelo déficit do período anterior e pela taxa de crescimento do PIB real – esta variável é importante somente quando se leva em conta o termo de interação. As demais variáveis mostraram-se não relevantes na determinação do déficit primário.

3.2 Os determinantes políticos e econômicos do déficit primário: segunda abordagem

Retomando-se o modelo básico de Kontopoulos e Perotti (1999) considera-se o seguinte modelo econométrico:⁹

$$\Delta_t = a_0 + a_1\Delta_{t-1} + a_2COA_t + a_3NS_t + a_4COA_t * n_t + a_5NS_t * n_t + a_6n_t + a_7\Delta\pi_t + v_t \quad (3)$$

onde Δ_t é a relação déficit primário/PIB; Δ_{t-1} é a relação déficit primário/PIB defasada; COA_t é o número total de partidos na coalizão; NS_t é o número total de secretarias de Estado, excetuando-se a Secretaria da Fazenda; n_t é a taxa de crescimento do PIB real;

⁹Na comparação com o modelo original utiliza-se aqui a variável de política fiscal em nível e não a sua variação.

$COA_t * n_t$ e $NS_t * n_t$ representam a interação entre os dois índices com a taxa de crescimento do PIB; $\Delta\pi_t$ é a aceleração da taxa de inflação e v_t é o erro.

Como anteriormente, espera-se que o déficit primário corrente seja uma função positiva do déficit primário defasado, ou seja, que o coeficiente seja positivo e entre zero e um, $0 < a_1 < 1$.

Quanto ao coeficiente da variável coalizão, espera-se que seja maior ou igual a zero quando a variável dependente é o déficit primário, $a_2 \geq 0$. Isto porque, do lado das despesas, quanto maior a coalizão, maiores serão as despesas; já, do lado das receitas, podem-se ter tanto a manutenção como a diminuição da arrecadação de impostos. Espera-se que o coeficiente do termo de interação entre a variável política, COA, e a taxa de crescimento, n, seja maior ou igual a zero, $a_4 \geq 0$.

Espera-se que o coeficiente da variável política NS também afete positivamente o déficit primário, pois, quanto maior for a fragmentação dentro do governo, maiores devem ser as despesas, portanto, $a_3 > 0$. No que tange ao coeficiente do termo de interação entre o número de secretarias e a taxa de crescimento do PIB, $NS * n$, espera-se que seja negativo, $a_5 < 0$. Em relação aos coeficientes das variáveis econômicas, espera-se que $a_6 < 0$ e $a_7 > 0$.

A Tabela 2 apresenta os resultados das estimações. As colunas 1 e 2 dessa tabela têm como variável dependente o déficit primário;¹⁰ nota-se que apenas a variável explicativa, déficit primário defasado, é significativa, apresentando sinal e magnitude esperados. Nas colunas 1 e 2, o sinal do coeficiente da variável coalizão é o esperado, o que não ocorre com o coeficiente da variável número de secretarias. Na coluna 1, os coeficientes dos termos de interação não são significativos. Os sinais dos coeficientes das variáveis econômicas são os esperados, porém são não significativos. Note-se que na coluna 2 excluíram-se os termos de interação; apesar disso, apenas o coeficiente da variável explicativa déficit primário defasado manteve-se significativo.

¹⁰Para as duas regressões da Tabela 2, o teste de White indicou presença de heteroscedasticidade nos resíduos aos níveis de significância de 5 e 10%. Diante deste problema, os valores t que aparecem na tabela foram estimados considerando-se a matriz de covariância-consistente-heteroscedasticidade segundo White (*heteroskedasticity consistent covariance matrix*).

Tabela 2 Regressões estimadas do modelo (3)

Variáveis explicativas	Variável dependente: Δ_t	
	(1)	(2)
Δ_{t-1}	0,57 (2,09)	0,50 (2,26)
COA	0,15 (1,06)	0,10 (0,69)
NS	-0,23 (1,07)	-0,10 (0,79)
COA*n	-0,01 (0,44)	
NS*n	0,03 (0,77)	
π_t	-0,38 (0,80)	-0,03 (0,97)
$\Delta\pi_t$	0,0003 (1,45)	0,0003 (1,18)
R^2 ajus.	0,16	0,20

Notas: 1) valores absolutos das estatísticas-*t* entre parêntesis; 2) incluiu-se uma constante em cada uma das regressões; 3) fonte dos dados: Tabelas 5, 6 e 7 do ANEXO.

Considerando-se os resultados apresentados acima, o déficit primário defasado é importante e significativo determinante do déficit primário. Entretanto, os fatores políticos, institucionais e econômicos não se mostraram significativos nas estimações do modelo básico.

3.3 Déficit primário, variáveis políticas e instituições orçamentárias

Stein, Talvi e Grisanti (1999) discutem os arranjos institucionais e a performance da política fiscal de vinte e seis países da América Latina e do Caribe. À luz desta análise, propõe-se o seguinte modelo econométrico:

$$\Delta_t = a_0 + a_1\Delta_{t-1} + a_2NEP_t + a_3PGA_t + a_4IO_t + v_t \quad (4)$$

onde Δ_t é a relação déficit primário/PIB; Δ_{t-1} é a relação déficit primário/PIB defasada; NEP_t é o número efetivo de partidos; PGA_t é o percentual de deputados governistas na Assembléia Legislativa do Estado; IO_t representa as instituições orçamentárias; v_t é o erro.

Espera-se que os coeficientes das variáveis, déficit primário defasado e número efetivo de partidos, sejam positivos, a_1 e $a_2 > 0$. O número efetivo de partidos é um índice

que é assim definido: $NEP = \frac{1}{\sum v_i^2}$, onde v_i é a proporção de representantes do partido *i* na

Assembléia Legislativa do Estado. Assim, quanto maior é o número de partidos com

representantes na Assembléia, maior é o número efetivo de partidos. Admite-se que uma maior fragmentação política esteja associada a um maior déficit primário.

Espera-se, além disso, que a variável política, PGA, percentual de deputados estaduais governistas na Assembléia, esteja negativamente relacionada ao déficit primário, $a_3 < 0$.

A variável instituições orçamentárias, IO, constitui-se num indicador que busca captar o impacto das instituições orçamentárias sobre os resultados fiscais. Segundo Alesina et al. (1996), trata-se de um índice que visa refletir todas as etapas do processo orçamentário (elaboração, aprovação e execução). Segundo ele, instituições orçamentárias mais hierarquizadas e transparentes refletem-se num valor de IO maior do que as instituições mais colegiadas e não transparentes - quanto maior o valor de IO, menor é o déficit primário. Portanto, em relação ao coeficiente a_4 , espera-se um sinal negativo.¹¹

Na Tabela 3 têm-se, então, os resultados da estimação. Os sinais dos coeficientes da coluna 1 estão de acordo com o esperado, porém apenas os coeficientes das variáveis (déficit primário defasado e instituições orçamentárias) são significativos a 10% de nível de significância.

Tabela 3 Regressão estimada do modelo (4)

Variáveis explicativas	Variável dependente: Δ_t (1)
Δ_{t-1}	0,40 (1,96)
NEP	0,15 (0,94)
PGA	-0,005 (0,19)
IO	-0,06 (2,02)
R^2 ajust.	0,27

Notas: 1) valores absolutos das estatísticas-*t* entre parêntesis; 2) incluiu-se uma constante em cada uma das regressões; 3) fonte dos dados: Tabelas 5, 7 e 8 do ANEXO.

Em suma, mais uma vez o déficit primário defasado mostrou-se importante e significativo determinante do déficit primário. Outro determinante importante e significativo são as instituições orçamentárias que estão negativamente relacionadas com o déficit primário. A medida de fragmentação política, número efetivo de partidos mostrou-se

¹¹Na Tabela 7 do ANEXO têm-se os dados referentes à variável instituições orçamentárias. Por falta de espaço não se apresenta a fundamentação teórica do referido índice podendo ser encontrada em Marques Junior (2005).

uma variável irrelevante na determinação do déficit primário; o mesmo ocorrendo para o percentual de deputados governistas na Assembléia.

3.4 Déficit primário, variáveis econômicas, políticas e as instituições orçamentárias

Alesina et al. (1996) demonstram que instituições orçamentárias transparentes e “hierárquicas” estão associadas a uma maior disciplina fiscal na América Latina ao longo das décadas de 80 e 90. O modelo básico considerado aqui é o seguinte:

$$\Delta_t = a_0 + a_1\Delta_{t-1} + a_2DIT_t + a_3n_t + a_4IO_t + a_5\Delta\pi_t + a_6AP_t + v_t \quad (5)$$

onde DIT denota ditadura; AP é a relação entre número de aposentados e a população total do estado em termos percentuais e v é o erro. As demais variáveis são conhecidas.

Definiu-se “ditadura” como os anos nos quais não se teve eleição para governador. Trata-se de uma variável *dummy* assumindo valor igual a um de 1970 a 1981 e zero nos demais anos. Espera-se que o déficit primário esteja negativamente relacionado com a ditadura, pois, na ausência de eleições, o governador está menos sujeito às demandas de grupos de interesse. O número de aposentados é a soma de pensionistas e inativos. Evidentemente, espera-se que o sinal do coeficiente desta variável seja positivo. Os sinais dos demais coeficientes são conhecidos.

A Tabela 4 contém os resultados das estimações. Na coluna 1 da tabela, tem-se o modelo básico completo e, na coluna 2, excluíram-se as variáveis instituições orçamentárias e a ditadura. Nas colunas 1 e 2 da tabela, os sinais dos coeficientes são os esperados. No entanto, a estatística-F da primeira regressão, coluna 1, é significativa a 10%, ao passo que a estatística-F da segunda regressão, coluna 2, é significativa somente num nível de significância maior do que 10%.

Tabela 4 Regressões estimadas do modelo (5)

Variáveis Explicativas	Variável dependente: Δ_t	
	(1)	(2)
Δ_{t-1}	0,38 (1,69)	0,50 (2,24)
DIT	-0,06 (0,11)	
n	-0,03 (0,64)	-0,04 (0,96)
IO	0,06 (1,79)	
$\Delta\pi_t$	0,0003 (0,94)	0,0003 (0,92)
AP	1,01 (1,03)	0,13 (0,21)
R^2 ajus.	0,19	0,14

Notas: 1) valores absolutos das estatísticas-t entre parêntesis; 2) incluiu-se uma constante em cada uma das regressões; 3) fonte dos dados: Tabelas 5, 7 e 8 do ANEXO.

Na coluna 1, apenas o coeficiente da variável instituições orçamentárias é significativo a 10% de nível de significância, ao passo que, na coluna 2, somente o é o coeficiente da variável déficit primário defasado.

Em resumo, as instituições orçamentárias importam na determinação do déficit primário. Todavia, as variáveis econômicas, com exceção do déficit primário defasado, não se mostraram relevantes como determinantes do déficit primário nessas duas últimas regressões estimadas.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em termos resumidos, os resultados obtidos dão conta do seguinte: 1) a taxa de crescimento do PIB real reduz o déficit primário desde que se considere como variáveis explicativas (o déficit primário defasado, a aceleração da taxa de inflação, uma medida de coesão do governo e um termo de interação entre o grau de coesão do governo e a taxa de crescimento econômico); e 2) as instituições orçamentárias importam quando o modelo inclui como variáveis explicativas, além do déficit primário defasado, o número de partidos efetivos e o percentual de deputados governistas na Assembléia Legislativa estadual.

Dados esses resultados, pode-se levantar a seguinte questão: como se explicam os contínuos déficits primários entre 1970 e 2003? Ora, o coeficiente da variável explicativa déficit primário defasado é positivo e significativo em todas as regressões estimadas. Isto

significa que, tudo o mais constante, o déficit primário tende a persistir de um ano para outro.

Do lado das despesas, podem ser apontadas as seguintes razões para essa persistência: 1) o crescimento da folha de pagamento dos servidores públicos, que se dá em razão da concessão de aumentos salariais, da contratação de novos servidores e dos planos de carreira das diferentes categorias de servidores públicos estaduais; 2) os gastos de custeio que se elevam *pari passu* com a máquina pública estadual; 3) os investimentos públicos realizados. Do lado da receita, entre 1970 a 1985, a carga tributária estadual apresentou uma tendência de queda. Além disso, não podem ser esquecidos os problemas de sonegação fiscal, ineficiência da máquina arrecadadora do Tesouro estadual e as renúncias fiscais levadas a cabo no período visando incentivar este ou aquele setor produtivo.¹²

O objetivo de testar hipóteses sobre os determinantes dos déficits público e primário no Rio Grande do Sul foi atingido. Entretanto, ressalta-se que as conclusões dependem da abordagem escolhida, da forma como os modelos foram especificados e de como as variáveis foram mensuradas. Assim, o estudo indica para a necessidade de se trabalhar com outras especificações de modelos econométricos, outras variáveis e com outras abordagens. Talvez, desse modo, possa-se chegar a um menor número de modelos e, por conseguinte, aos principais determinantes da política fiscal gaúcha.

¹²Para uma análise sobre a questão das renúncias fiscais, ver Meneghetti Neto (2004) e Bordin (2003).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AXT, Vladimir G. et al.(org.). Parlamentares gaúchos das Cortes de Lisboa aos nossos dias 1821-1996. Porto Alegre: Assembléia Legislativa do RS. 1996.

ALESINA, Alberto; PEROTTI, Roberto. The political economy of budget deficits. **IMF Staff Papers**, v.42, n.1, mar., 1995.

ALESINA, Alberto; HAUSMANN, Ricardo; HOMMES, Rudolf; STEIN, Ernesto. Budget institutions and fiscal performance in Latin America. Cambridge: National Bureau of Economic Research, Working Paper n.5586, mai., 1996.

BORDIN, Luís Carlos Vitali. ICMS gastos tributários e receita potencial: In: **VII Prêmio do Tesouro Nacional**. Brasília, ESAF, 2003.

BORSANI, Hugo. **Eleições e Economia: instituições políticas e resultados macroeconômicos na América Latina (1979-1998)**. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2003.

CALAZANS, Roberto B.; BRUNET, Júlio F. G.; MARQUES JR., Liderau dos Santos. Ajuste fiscal: modelos dinâmicos e aplicação para o caso do RS. **Finanças Públicas: IV Prêmio Tesouro Nacional – coletânea de monografias**, Brasília: ESAF, 2000.

FIALHO, Tânia Marta Maia. Testando a evidência de ciclos políticos no Brasil. **Revista Brasileira de Economia**, v.51, n.3, p.379-389, jul./set., 1997.

HALLERBERG, Mark; Von HAGEN, Jürgen. Electoral institutions, cabinet negotiations, and budget deficits in the European Union. In: **Fiscal institutions and fiscal performance**. Editores: James M. Poterba e Jürgen von Hagen. Chicago: University of Chicago Press. 1999.

HILLBRECHT, Ronald O.; VELOSO, Gilberto de Oliveira. Determinantes econômicos, políticos e institucionais da política fiscal do Estado do Rio Grande do Sul entre 1964 e 1998. Porto Alegre: UFRGS, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Economia, Texto para Discussão n.04, mai., 2001.

INSTITUTO UNIVERSITÁRIO de Pesquisas do Rio de Janeiro: Laboratório de Estudos Experimentais (LEEX-IUPERJ). Endereços na Internet: <http://www.iuperj.br/> e <http://www.ucam.edu.br/leex/>.

KONTOPOULOS, Yianos; PEROTTI, Roberto. Government fragmentation and fiscal policy outcomes: evidence from OECD countries. In: **Fiscal institutions and fiscal performance**. Editores: James M. Poterba e Jürgen von Hagen. Chicago: University of Chicago Press. 1999.

MARQUES JUNIOR, Liderau dos Santos. **A Política Fiscal do Estado do Rio Grande do Sul (1970-03): uma abordagem macroeconômica**. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Economia, 2005.

MENEGHETTI NETO, Alfredo. Finanças públicas gaúchas: algumas notas metodológicas. In: **2º Encontro de Economia Gaúcha**. Porto Alegre, PUCRS e FEE, 2004.

MOURA NETO, Bolívar T. O Endividamento Público do RS: suas origens e comportamento na década de 80. In: **O Estado do Rio Grande do Sul nos anos 80 – subordinação, imprevidência e crise**. Porto Alegre: FEE, dez., 1994.

NOLL, Maria Izabel. Partidos e Eleições no Rio Grande do Sul. In: **Opinião pública, transição e eleições no Brasil**. BAQUERO, Marcello et al. (org.). Porto Alegre: Editora da UFRGS. 1995.

POTERBA, James M.; VON HAGEN, Jürgen. **Fiscal institutions and fiscal performance**. Chicago: The University of Chicago Press, 1999.

RIO GRANDE DO SUL. **Balço geral do Estado do Rio Grande do Sul** [dados informativos on-line]. Porto Alegre, 2003. Disponível em: <http://www.sefaz.rs.gov.br>.

RIO GRANDE DO SUL. Boletim Informativo de Pessoal. Porto Alegre: Secretaria da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul. Número 77.

RIO GRANDE DO SUL. **Finanças públicas** [on-line]. Porto Alegre, 2003. Disponível em: <http://www.sefaz.rs.gov.br>.

RIO GRANDE DO SUL. **Finanças do Estado**. Porto Alegre: Secretaria da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul. Volumes XXXIV, XXXV e XLI.

ROUBINI, Nouriel; SACHS, Jeffrey D. Political and economic determinants of budget deficits in the industrial democracies. **European Economic Review**, v.33, p.903-938, 1989.

RÜCKERT, Isabel Noemia; BORSATTO, Maria Luiza; RABELO, Mercedes. Os desajustes estruturais das finanças públicas do RS nos anos 90. In: FLIGENSPAN, Flávio Benevett (coord.). **A economia gaúcha e reestruturação nos anos 90**. Porto Alegre: FEE, 2000.

SANTOS, Darcy F. C. dos; CALAZANS, Roberto B. A crise da dívida pública do RS – Fundamentos, evolução e perspectivas/1970-1998. Porto Alegre: Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul (Comissão de Finanças e Planejamento), nov., 1999.

STEIN, Ernesto; TALVI, Ernesto; GRISANTI, Alejandro. Institutional arrangements and fiscal performance: the latin american experience. In: **Fiscal institutions and fiscal performance**. Editores: James M. Poterba e Jürgen von Hagen. Chicago: University of Chicago Press. 1999.

ANEXO

Tabela 5 Carga tributária, relação déficit primário/PIB e a relação (DT-SD)/PIB da Administração Direta (1970-2002)

ANOS	DT-SD ¹ R\$	PIB ² R\$	(DT-SD)/PIB (%)	τ_t	Δ_t
1970	0,0005446611	0,0053127273	10,25	8,08	2,17
1971	0,0006808375	0,0072254545	9,42	8,20	1,22
1972	0,0009018695	0,0094036364	9,59	7,77	1,82
1973	0,0012945957	0,0146036364	8,86	6,82	2,04
1974	0,0017727778	0,0208254545	8,51	6,39	2,12
1975	0,0026582393	0,0291345455	9,12	6,59	2,53
1976	0,0036927415	0,0454654545	8,12	5,59	2,53
1977	0,0049066276	0,0683200000	7,18	5,90	1,28
1978	0,0075037516	0,0989090909	7,59	5,64	1,95
1979	0,0116956065	0,1600290909	7,31	5,47	1,84
1980	0,0239233054	0,3426581818	6,98	5,47	1,51
1981	0,0562233207	0,6697418182	8,39	6,02	2,37
1982	0,1277944273	1,29	9,91	6,45	3,46
1983	0,2811111822	3,41	8,24	5,46	2,78
1984	0,86	10,96	7,85	5,48	2,37
1985	3,31	38,41	8,62	5,26	3,36
1986	9,16	100,78	9,09	6,93	2,16
1987	24,18	316,51	7,64	5,68	1,96
1988	163,26	2.461,90	6,63	5,00	1,63
1989	3.042,89	37.598,05	8,09	5,91	2,18
1990	100.462,75	939.363,36	10,69	7,36	3,33
1991	404.276,14	4.666.959,96	8,66	6,72	1,94
1992	5.250.591,13	54.964.960,96	9,55	6,19	3,36
1993	104.164.099,26	1.260.808.219,27	8,26	5,74	2,52
1994	2.747.296.328,00	31.129.234.456,59	8,83	6,92	1,91
1995	4.854.297.768,00	53.652.946.827,60	9,05	6,77	2,28
1996	6.550.116.607,00	63.262.677.226,56	10,35	6,63	3,72
1997	7.409.530.180,00	69.221.313.934,13	10,70	6,12	4,58
1998	7.532.508.400,00	70.541.889.405,25	10,68	6,40	4,28
1999	7.344.518.854,00	75.450.458.225,36	9,73	6,55	3,18
2000	8.552.980.901,00	85.137.542.554,42	10,05	7,00	3,05
2001	10.024.607.431,00	97.310.194.511,19	10,30	7,34	2,96
2002	10.138.142.476,00	109.742.129.653,58	9,24	7,12	2,12
2003	10.489.471.474,00	130.744.187.478,34	8,02	7,51	0,51

Fontes: 1) Balanço Geral do Estado do Rio Grande do Sul (1970-2002). Porto Alegre: Secretaria da Fazenda. 2) Fundação de Economia e Estatística.

Notas: i) DT é a despesa total, SD o serviço da dívida, τ_t é a carga tributária e Δ_t é o déficit primário/PIB; ii) $\Delta_t = [(DT-SD)/PIB] - \tau_t$; 3) a preços correntes.

Tabela 6 Variáveis econômicas

ANOS	n_t^1	π_t^2	b_t^3	$\Delta(r_t-n_t)b_{t-1}^3$	GP_t^3	g_t^3
1970	-	19,27	6,18	-	3,35	10,25
1971	10,54	19,48	5,06	-65,08	3,52	9,42
1972	8,05	15,73	4,55	12,70	3,05	9,59
1973	13,86	15,53	4,20	-26,44	2,69	8,86
1974	10,24	34,56	4,39	14,66	2,64	8,51
1975	6,22	29,33	4,91	17,82	3,01	9,12
1976	9,11	46,27	5,85	-14,58	2,86	8,12
1977	4,03	38,79	5,34	30,01	2,57	7,18
1978	3,55	40,81	5,84	2,51	2,78	7,59
1979	4,15	77,24	6,66	-4,38	2,90	7,31
1980	11,86	110,23	5,13	-51,95	2,72	6,98
1981	-1,82	95,2	6,99	70,38	3,10	8,39
1982	-0,11	99,73	9,94	-11,95	3,56	9,91
1983	-0,77	211,02	11,87	4,77	3,20	8,24
1984	4,86	223,81	14,32	-67,30	4,18	7,82
1985	4,70	235,13	15,65	2,86	4,09	8,64
1986	1,38	65,04	10,59	57,12	5,81	9,09
1987	4,08	415,95	17,4	-33,78	4,67	7,64
1988	-1,25	1.037,53	20,99	90,48	4,05	6,63
1989	3,36	1.782,85	26,3	-97,60	4,49	8,09
1990	-6,64	1.476,71	16,67	263,53	5,93	10,69
1991	-2,20	480,23	19,11	-72,18	5,05	8,66
1992	8,30	1.157,84	24,37	-202,57	5,52	9,55
1993	10,78	2.708,17	29,98	-61,41	4,86	8,26
1994	5,19	1.093,85	15,31	169,09	5,18	8,83
1995	-5,01	14,77	15,05	168,41	5,78	9,05
1996	0,47	9,33	16,54	-81,72	6,14	10,35
1997	6,06	7,48	19,56	-92,29	5,68	10,70
1998	-0,53	1,71	21,01	129,68	6,14	10,68
1999	3,00	19,99	23,28	-77,32	6,04	9,73
2000	4,44	9,8	23,82	-31,32	5,82	10,05
2001	3,10	10,4	24,32	31,92	5,55	10,30
2002	1,76	26,41	25,94	29,67	5,72	9,24
2003	4,28	7,66	23,16	-62,00	4,80	8,02

Fontes: 1) Fundação de Economia e Estatística. 2) Fundação Getúlio Vargas. 3) Balanço Geral do Estado do Rio Grande do Sul (1970-2003). Porto Alegre: Secretaria da Fazenda.

Notas: i) n_t é a taxa de crescimento do PIB real do Rio Grande do Sul; ii) π_t é a taxa de inflação medida pelo IGP-DI (FGV); iii) b_t é a relação dívida pública total/PIB; iv) $\Delta(r_t-n_t)b_{t-1}$ é a variação na diferença entre a taxa de juros real menos e a taxa de crescimento do PIB, multiplicada pela relação dívida/PIB defasada; a taxa de juros nominal, i_t , foi calculada considerando-se a relação juros/dívida pública total; a taxa de juros real é dada por $[(1+i_t)/(1+\pi_t)]-1$; v) GP_t é a relação gastos com pessoal/PIB; e vi) g_t a relação (despesa total-serviço da dívida)/PIB.

Tabela 7 Variáveis políticas e institucionais

	POL1	POL2	POL3	POL1D	POL2D	POL3D	ELE ¹	IO	COA ¹	COA*n	S ²	NS ³	NS*n
1970	1	0	3	-	-	-	1	35	1	-	0	12	-
1971	0	0	0	0	0	0	0	35	1	10,54	0	12	126,48
1972	0	0	0	0	0	0	0	35	1	8,05	0	13	104,65
1973	0	0	0	0	0	0	0	35	1	13,86	0	13	180,18
1974	0	0	0	0	0	0	1	35	1	10,24	0	13	133,12
1975	1	0	3	0	0	0	0	35	1	6,22	0	13	80,86
1976	1	0	3	0	0	0	0	35	1	9,11	0	13	118,43
1977	1	1	3	0	0	0	0	35	1	4,03	0	13	52,39
1978	1	1	3	0	0	0	1	35	1	3,55	0	13	46,15
1979	1	1	3	0	0	0	0	35	1	4,15	1	13	53,95
1980	1	1	3	0	0	0	0	35	1	11,86	1	13	154,18
1981	1	1	3	1	1	3	0	35	1	-1,82	1	13	-23,66
1982	1	0	3	1	0	3	1	35	1	-0,11	1	13	-1,43
1983	1	1	3	1	1	3	0	35	1	-0,77	1	13	-10,01
1984	1	1	3	0	0	0	0	35	1	4,86	1	13	63,18
1985	1	1	3	0	0	0	0	35	1	4,70	1	12	56,40
1986	1	1	3	0	1	3	1	35	2	2,76	1	12	16,56
1987	1	0	3	0	0	0	0	35	2	8,16	1	12	48,96
1988	1	0	3	1	0	3	0	35	2	-2,50	1	12	-15,00
1989	1	0	3	0	0	0	0	35	2	6,72	1	12	40,32
1990	1	0	3	1	0	3	1	35	3	-19,92	1	12	-79,68
1991	1	1	1	1	1	3	0	35	3	-6,60	1	14	-30,80
1992	1	1	1	0	0	0	0	35	2	16,6	1	11	91,30
1993	1	0	1	0	0	0	0	35	2	21,56	1	11	118,58
1994	1	0	1	0	0	0	1	35	2	10,38	1	11	57,09
1995	1	0	1	1	0	1	0	35	6	-30,06	1	14	-70,14
1996	1	0	1	1	0	1	0	35	6	2,82	1	14	6,58
1997	1	0	1	0	0	0	0	35	6	36,36	1	15	90,90
1998	1	0	1	1	0	1	1	35	6	-3,18	1	15	-7,95
1999	1	1	2	0	0	0	0	35	4	12,00	1	16	48,00
2000	1	1	2	0	0	0	0	59	4	17,76	1	15	66,6
2001	1	1	2	0	0	0	0	59	3	9,30	1	15	46,5
2002	1	1	2	0	1	2	1	59	3	5,28	1	15	26,4
2003	1	0	2	0	0	2	0	59	7	29,96	1	16	68,48

Fontes: 1) Hillbrecht e Veloso (2001). Estas séries foram complementadas com novos dados; 2) Noll (1995). 3) Balanço Geral do Estado do Rio Grande do Sul (1970-2003). Porto Alegre: Secretaria da Fazenda.

Notas: i) sobre o índice das instituições orçamentárias, IO_t, ver anexo 2; ii) a variável qualitativa POLD é dada pelo produto entre a variável POL e uma variável “dummy” que assume valor igual a zero em anos de crescimento elevado e 1 nos anos de baixo crescimento econômico (menos de 1% ou crescimento negativo); iii) COA*n é simplesmente o produto entre a taxa de crescimento do PIB real e a variável COA; iv) NS*n é dada pelo produto entre o número de secretarias e a taxa de crescimento do PIB real.

Tabela 8 Demais variáveis

ANOS	PGA ¹	NEP ²	DIT	AP ³ (%)
1970	49,09	2	1	-
1971	54,00	2	1	-
1972	54,00	2	1	-
1973	54,00	2	1	-
1974	54,00	1,9	1	-
1975	41,07	1,9	1	0,32
1976	41,07	1,9	1	0,32
1977	41,07	1,9	1	0,33
1978	41,07	2	1	0,34
1979	44,64	2	1	0,35
1980	44,64	2	1	0,36
1981	44,64	2	1	0,37
1982	44,64	2,8	0	0,39
1983	41,07	2,8	0	0,44
1984	41,07	2,8	0	0,47
1985	41,07	2,8	0	0,51
1986	41,07	3,2	0	0,54
1987	49,10	3,2	0	0,57
1988	49,10	3,2	0	0,60
1989	49,10	3,2	0	0,62
1990	49,10	5,2	0	0,64
1991	25,46	5,2	0	0,63
1992	25,46	5,2	0	0,65
1993	25,46	5,2	0	0,84
1994	25,46	6,1	0	0,89
1995	21,82	6,1	0	0,92
1996	21,82	6,1	0	0,96
1997	21,82	6,1	0	0,98
1998	21,82	5,8	0	1,02
1999	23,64	5,8	0	1,07
2000	23,64	5,8	0	1,08
2001	23,64	5,8	0	1,08
2002	23,64	6,6	0	1,08
2003	21,81	6,6	0	1,10

Fontes: 1) Axt et al. (1996) e página da Assembléia Legislativa na Internet: <http://www.al.rs.gov.br/>. 2) página do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ) na Internet: <http://www.iuperj.br/>. 3) Balanço Geral do Estado do Rio Grande do Sul (1970-2003). Porto Alegre: Secretaria da Fazenda. Finanças do Estado (volumes XLI e XXXV). Boletim Informativo de Pessoal, número 77..

This document was created with Win2PDF available at <http://www.daneprairie.com>.
The unregistered version of Win2PDF is for evaluation or non-commercial use only.